

i

23-06-2021

Periodicidade: **Diário**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,8**

**PRR. Plano irá
acrescentar
22 mil milhões
à economia,
anuncia Leão**

// PÁG. 8



Ministro das Finanças acena com "recuperação forte e rápida" da economia portuguesa

BRUNO GONCALVES

PRR. Plano irá acrescentar 22 mil milhões à economia até 2026

João Leão mostra-se ainda otimista em relação às metas de crescimento da economia portuguesa: 4,8% este ano e 5,6% em 2022.

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@online.pt

O Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) deverá acrescentar "mais 22 mil milhões de euros à economia" até 2026. A garantia foi dada por João Leão que falava sobre "Os efeitos da covid-19, a sustentabilidade das finanças públicas e o financiamento europeu", no âmbito da conferência "Fundos Europeu: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do Tribunal de Contas (TdC) de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE) que coincide com a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE) e com o início de um quadro financeiro plurianual da União Europeia e do PRR.

O ministro das Finanças cha-

mou ainda a atenção para a "recuperação forte e rápida" da economia portuguesa prevista para este ano e para 2022. De acordo com as perspetivas do Banco de Portugal, o crescimento deverá rondar 4,8% e 5,6% e o governante considerou que este cenário "apenas é possível" porque o Governo "não poupou nos apoios à economia, através de uma proteção abrangente das empresas e do emprego", permitindo assim "preservar a capacidade produtiva das empresas" durante a crise pandémica.

Segundo avançou João Leão, desde o início da pandemia, "os apoios extraordinários às empresas e às famílias, a fundo perdido, já atingiram cerca de sete mil milhões de euros, dos quais cinco mil milhões de euros dirigidos às empresas". E lembrou que "o principal indicador da

eficácia destas medidas" é que, "apesar da crise, a taxa de desemprego permanece em torno dos 7%", quando "na anterior crise, em 2012, a taxa de desemprego superou os 17%".

Já em relação às "consequências da crise e da magnitude destes apoios" na sustentabilidade das finanças públicas, reafirmou a meta prevista no Programa de Estabilidade de redução do rácio da dívida pública para 128% no final deste ano, ficando 19 pontos percentuais acima do que tinha sido previsto em 2019, e de regresso aos níveis de 2019, "abaixo dos 120%", em 2024. "Isto significa que a crise pandémica atrasou em cinco anos a trajetória descendente da dívida pública portuguesa iniciada antes da crise", afirmou.

E face a este contexto, o PRR é visto como "fundamental tan-

to para a recuperação económica, como para retomar a trajetória de redução da dívida pública, sem cortar em despesa necessária e sem aumentar impostos que oneram os cidadãos e as empresas". Já as subvenções que atingem cerca de 7% do PIB permitem, no seu entender, "estimular o investimento em larga escala, sem sobrecarregar, ainda mais, as finanças públicas".

E as alterações não ficam por aqui. O governante entende que "o PRR vai permitir reformas e investimentos sem precedentes", fomentando o crescimento económico, criando emprego e aumentando a capacidade produtiva futura da economia portuguesa e sendo estes impactos "ainda ampliados pelos efeitos de segunda ordem que advêm da coordenação destas políticas a nível europeu". E lembrou: "Pela primeira vez, Portugal está a enfrentar uma crise sem a ameaça de austeridade e sem ter de aumentar impostos, como alguns defendem. A razão por que estamos em condições de poder assegurar-lo aos portugueses é porque soubemos fazer o trabalho de casa antes da crise e atingimos o primeiro excedente orçamental da democracia em 2019", rematou João Leão, projetando que "já em 2022 Portugal recupere o nível do PIB de 2019, antes da pandemia".